

Gazeta Mercantil

IPCA pode dificultar investimentos

Rio, 17 de Agosto de 2005 - A utilização do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) pode prejudicar a modicidade tarifária e dificultar a expansão do setor. A conclusão é de um estudo da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), que analisou os impactos da mudança de indexador no equilíbrio econômico-financeiro das empresas elétricas.

Aos poucos, o governo federal começa a mudar o índice indexador de toda a cadeia do setor elétrico. Em vez do Índice Geral de Preços (IGP) será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Primeiro, foram os contratos de energia existente acertados nos dois leilões já realizados, em dezembro de 2004 e março passado. Na semana passada, o edital para o próximo leilão de linhas de transmissão informava que os contratos para o evento que será realizado dia 17 de novembro também serão reajustados pelo mesmo indicador. O Ministério de Minas e Energia já informou que os contratos de energia nova também seguirão a mesma regra.

De acordo com Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética, do Ministério de Minas e Energia, a orientação é do Ministério da Fazenda, que vê no IPCA um índice mais condizente com o setor, uma vez que, diferente do IGP, não sofre interferência da variação do câmbio, "Como a geração de energia elétrica de maneira geral no país também não deveria sofrer influência da moeda estrangeira", afirmou. Tolmasquim antevê que também os reajustes das distribuidoras, hoje indexados em parte ao IGP, também passarão a variar de acordo com o IPCA.

A CBIEE ressalta que como os financiamentos das empresas do setor são em grande parte realizados em IGP pode haver um descasamento entre receita e despesas o que aumenta o risco para o investidor. "Cerca de 70% de um projeto do setor elétrico é financiado, e na maior parte das vezes o indexador é o IGP", afirmou o diretor executivo da CBIEE, Eduardo Monteiro. "O investidor pode identificar um aumento do risco que implicará uma exigência de remuneração maior para se prevenir de eventuais perdas", completou.

De acordo com Cláudio Sales, presidente da entidade, um levantamento realizado anteriormente mostrou que cada 1% de aumento na taxa de desconto (que considera os riscos do empreendimento) para um projeto no setor elétrico resulta em um aumento de 3% no custo final da energia. "A curto prazo, o consumidor pode identificar uma melhoria, porque o índice é mais próximo, mas no longo prazo o custo será maior", completou.

A CBIEE solicitou o estudo ao consultor Márcio Garcia, do departamento de economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Com base na série histórica dos dois índices e em projeções de futuro, o estudo indicou de que uma empresa com um projeto que prevê uma rentabilidade de 12%, em até 10 anos, pode ter seu valor reduzido em dois pontos percentuais devido às variações entre os dois índices. O estudo será encaminhado para o Ministério de Minas e Energia.

Linhas de transmissão

O leilão de transmissão marcado pela Aneel para dia 17 de novembro, em local ainda a ser definido, colocará em licitação a concessão de sete lotes com 21 linhas de transmissão e oito subestações. As linhas serão construídas no Pará, Tocantins, Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal.

kicker: Para empresários a substituição do IGP pelo IPCA como indexador do setor elétrico aumenta riscos para investidores

(Gazeta Mercantil/Caderno C - Pág. 4)(Luciana Collet)